

UNIVERSIDADE, IGREJA E COOPERATIVISMO: A FORMAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS¹

UNIVERSITY, CATHOLIC CHURCH AND COOPERATIVISM: FORMATION OF COMMUNITARY ENTERPRISES

André Ricardo de SOUZA²

RESUMO: face ao elevado desemprego atual, proliferam-se empreendimentos comunitários orientados pelos princípios do cooperativismo. Através deles, pessoas antes marginalizadas do mercado de trabalho passam a participar de redes e fóruns num processo de ganho gradual de autonomia. Duas instituições vêm se destacando na formação desses grupos: a Igreja Católica e a universidade pública. Este artigo trata de duas experiências de economia solidária da cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVES: cooperativismo; universidade; Igreja.

O desemprego cresceu substancialmente no Brasil nas duas últimas décadas. Houve um agravamento nos anos 1990, principalmente nas áreas metropolitanas, devido ao processo de desindustrialização pelos quais elas passaram. Em São Paulo, a cifra de desempregados chegou a 20,6% em 2003, um recorde nos 18 anos em que esse levantamento vem sendo realizado pelo convênio DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos) e Fundação SEADE. Em decorrência disso, aumentou a quantidade de trabalhadores engajados em atividades informais precárias e de baixa renda.

O crescimento do desemprego no Brasil e no mundo tem sido freqüentemente considerado uma consequência das inovações tecnológicas da chamada terceira revolução industrial e, também, da globalização dos mercados. A legião dos sem trabalho ou subempregados, vitimados pela *crise da sociedade salarial*, também padece da limitação de amparo de políticas públicas, de modo que a redução de trabalho formal e o enfraquecimento do Estado de Bem Estar se

¹ Trabalho fruto de pesquisa realizada em 2002, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Agradeço aos integrantes dos empreendimentos comunitários e de suas instituições de apoio que gentilmente concederam as entrevistas.

² Doutorando em sociologia pela Universidade de São Paulo.

combinam na virada de século como velha e nova questão social (CASTEL, 1998).

Entre os excluídos do mercado de trabalho brasileiro cresceu vertiginosamente a quantidade de jovens, muitos deles sem nenhuma experiência de assalariamento em emprego formal. Também mulheres cada vez mais se engajam na disputa por vagas, necessitando grande esforço para ocupar espaço no mercado de trabalho. Grande parte delas tem sido impelida pelo desemprego de longa duração de seus maridos. Ou seja, mulheres que antes eram apenas donas-de-casa, vêm procurando de alguma forma obter renda para suas famílias, sobretudo através da prestação de serviço doméstico, as chamadas diaristas.

O trabalho informal *individual*, também chamado *por conta própria*, tem sido refúgio para grande massa de desempregados brasileiros. Grosso modo, prevalece a acirrada concorrência entre esses trabalhadores, disputando clientelas para prestar seus serviços ou vender mercadorias, em geral de baixo valor agregado e marcado pela precariedade. Face ao prolongado desemprego elevado, o trabalho precário acaba muitas vezes deixando de ser algo provisório para se tornar permanente (SOUZA, 1998).

No entanto, uma outra possibilidade, de caráter bastante residual ainda, vem sendo considerada e eventualmente tentada: a formação de empreendimentos comunitários. São associações de trabalhadores cujo referencial ideológico e organizativo é o *cooperativismo*, mesmo sendo muitas delas, de fato, *pré-cooperativas*. São grupos de pessoas que trabalham juntas, segundo um princípio coletivista, mesmo não tendo registro formal como cooperativa, principalmente devido ao fato de não ter vinte associados, como prescreve a Lei 5.764, de 1971. As pessoas engajadas nesses grupos costumam residir próximas umas das outras e possuir outros vínculos comuns, como o pertencimento a uma comunidade religiosa local ou à associação de moradores do bairro. Tais iniciativas compõem um conjunto que vem sendo chamado de economia popular solidária ou simplesmente *economia solidária* (RAZETO, 1993; SINGER; SOUZA, 2000; TIRIBA, 2001; SOUZA, CUNHA; DAKUZAKU, 2003).

AS INSTITUIÇÕES DE APOIO

Dois atores sociais, instituições distintas, vêm se destacando no incentivo e no apoio direto à formação de empreendimentos comunitários: a Igreja Católica e a universidade pública.

Há, atualmente, no Brasil pelo menos 16 universidades engajadas no trabalho com comunidades interessadas no cooperativismo. São em maioria públicas, com destaque para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. Em cada uma delas há uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), uma entidade de extensão universitária, de caráter multidisciplinar, formada por alunos e professores. As Incubadoras formam um conjunto politicamente organizado em oito Estados do país na forma de rede.

A primeira ITCP surgiu em meados de 1990, na Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). O surgimento dessa Incubadora foi consequência da articulação institucional de UFRJ, FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), Fundação Banco do Brasil e COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida) (GUIMARÃES, 2000). Membros da ITCP-UFRJ foram chamados para ajudar na formação de outras incubadoras. A ITCP da USP foi criada no segundo semestre de 1999, com vinculação direta à CECAE (Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais) e apoio inicial da FINEP e da Fundação Banco do Brasil (SINGER, 2000).

Do outro lado, a Igreja Católica também vem apoiando associações comunitárias de trabalho como resposta ao desemprego, desde a década de 1980. Esse apoio vem se dando através de movimentos pastorais e organismos, entre os quais se destaca a Cáritas. Essa entidade internacional presente no Brasil desde 1956, concede empréstimos subsidiados e assessoria técnica a esses grupos por ela chamados de Projetos Alternativos Comunitários - PACs (BERTUCCI; SILVA, 2003).

COOPERBRILHA

O primeiro trabalho de *incubagem* realizado pela ITCP-USP foi com a Cooperativa da Força da Lua Brilhante, a Cooperbrilha. Essa cooperativa foi formada em abril de 1999, a partir de um curso de cooperativismo ministrado para um grupo de desempregados, em maioria moradores da favela São Remo, situada ao lado da Cidade Universitária. Os membros da cooperativa embrionária optaram pela atividade econômica de prestação de serviços, como jardinagem, limpeza, manutenção predial e *buffet*. A legalização do empreendimento, depois de reuniões de discussão coletiva, aconteceu simultaneamente à

iniciativa da freira franciscana Cecília Zanetti em arregimentar mulheres para um trabalho alternativo comum. Teve início no segundo semestre de 1999, reunindo em sua casa um grupo de 30 mulheres, que previamente tinham preenchido uma ficha de inscrição. Inicialmente, Irmã Cecília propunha um curso profissionalizante de culinária que acabou acontecendo na creche municipal do bairro, com o apoio da comunidade religiosa local. Uma integrante do grupo, que fizera um curso de confeitaria pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), prontificou-se a transmitir seus conhecimentos às companheiras.

Além da monitora, outra integrante logo se tornou líder. Ambas já participavam de atividades da comunidade religiosa e tiveram papel importante no incentivo às demais mulheres para que a semente da Coopersedo germinasse. Do grupo de 30, ficaram 14 integrantes dispostas a iniciar um empreendimento. Discutiram a possibilidade de ser um grupo formado por faxineiras, mas acabaram optando pela seqüência à atividade de alimentação. Organizar *buffet* seria a especialidade da Coopersedo que, na verdade, ao invés de cooperativa ganhou registro como associação de serviços, em julho de 2000.

Para dar início ao trabalho, Irmã Cecília obteve o apoio decisivo de sua congregação religiosa, que doou um fogão, um *freezer* e uma geladeira. Pouco depois, a Coopersedo também ganharia um veículo utilitário para fazer transportes. O organismo católico Cáritas foi a outra grande apoiadora do empreendimento comunitário, concedendo financiamento subsidiado para a compra de equipamentos menores e capital de giro. Além disso, uma entidade chamada Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária também apoiou o grupo oferecendo assessoria. A Coopersedo comporia uma rede de ajuda mútua com outros empreendimentos comunitários de Vila Brasilândia, também apoiados por essas entidades e ligados a comunidades católicas.

CONCLUSÃO

O desemprego obriga a busca de alternativas de trabalho e renda e uma delas tem como base a organização coletiva e solidária. O apoio externo a essas iniciativas de trabalho é fundamental e é a esse papel que se tem prestado duas instituições relevantes na sociedade brasileira: a universidade pública e a Igreja Católica. Cooperbrilha e Coopersedo são resultado da mobilização de estudantes, professores e agentes de pastoral, imbuídos por valores semelhantes, apesar de

iniciativa da freira franciscana Cecília Zanetti em arregimentar mulheres para um trabalho alternativo comum. Teve início no segundo semestre de 1999, reunindo em sua casa um grupo de 30 mulheres, que previamente tinham preenchido uma ficha de inscrição. Inicialmente, Irmã Cecília propunha um curso profissionalizante de culinária que acabou acontecendo na creche municipal do bairro, com o apoio da comunidade religiosa local. Uma integrante do grupo, que fizera um curso de confeitaria pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), prontificou-se a transmitir seus conhecimentos às companheiras.

Além da monitora, outra integrante logo se tornou líder. Ambas já participavam de atividades da comunidade religiosa e tiveram papel importante no incentivo às demais mulheres para que a semente da Coopersedo germinasse. Do grupo de 30, ficaram 14 integrantes dispostas a iniciar um empreendimento. Discutiram a possibilidade de ser um grupo formado por faxineiras, mas acabaram optando pela seqüência à atividade de alimentação. Organizar *buffet* seria a especialidade da Coopersedo que, na verdade, ao invés de cooperativa ganhou registro como associação de serviços, em julho de 2000.

Para dar início ao trabalho, Irmã Cecília obteve o apoio decisivo de sua congregação religiosa, que doou um fogão, um *freezer* e uma geladeira. Pouco depois, a Coopersedo também ganharia um veículo utilitário para fazer transportes. O organismo católico Cáritas foi a outra grande apoiadora do empreendimento comunitário, concedendo financiamento subsidiado para a compra de equipamentos menores e capital de giro. Além disso, uma entidade chamada Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária também apoiou o grupo oferecendo assessoria. A Coopersedo comporia uma rede de ajuda mútua com outros empreendimentos comunitários de Vila Brasilândia, também apoiados por essas entidades e ligados a comunidades católicas.

CONCLUSÃO

O desemprego obriga a busca de alternativas de trabalho e renda e uma delas tem como base a organização coletiva e solidária. O apoio externo a essas iniciativas de trabalho é fundamental e é a esse papel que se tem prestado duas instituições relevantes na sociedade brasileira: a universidade pública e a Igreja Católica. Cooperbrilha e Coopersedo são resultado da mobilização de estudantes, professores e agentes de pastoral, imbuídos por valores semelhantes, apesar de

procedimentos diferentes. Para a universidade trata-se de realizar um projeto de extensão voltado para o combate à desigualdade social, o que se julga ser coerente a uma instituição pública. Para a igreja significa colocar em prática o mandamento divino de que os homens se tratem como irmãos, preferencialmente no interior da comunidade religiosa.

A cooperativa formada pela ITCP-USP nasceu de um curso de cooperativismo e permanece assistida para que os princípios da autogestão sejam efetivamente implementados. Costuma-se fazer crítica desse trabalho de acompanhamento no intuito de resguardar a autonomia da cooperativa e da Incubadora. Valoriza-se o caráter interdisciplinar desse trabalho, bem como sua importância para a própria formação dos estudantes envolvidos.

O empreendimento comunitário de Brasilândia representa um exemplo de *pastoral social engajada*, pois estaria afinada com um dos maiores problemas atuais: o desemprego. A associação entre vivência religiosa e atividade profissional é constante. Conforme os relatos dos participantes do grupo de trabalho e das pessoas que o apoiam, parece haver maior ênfase no caráter de *promoção humana* do que no aspecto econômico em si.

Os dois grupos ainda padecem da escassez de trabalho e, conseqüentemente, de renda para todos as pessoas envolvidas. A Cooperbrilha obtém rendimento maior e está mais estruturada do ponto de vista administrativo, enquanto a Coopersedo ainda parece promover uma atividade complementar para donas-de-casa de famílias com baixa renda. Mas ambos mantêm uma relação de dependência logística com a instituição maior que os apoia. Um fato comum, bastante positivo, parece ser o aprendizado e a disposição para ampliar conhecimentos, que essas iniciativas promovem às pessoas nelas engajadas. E isto principalmente em relação às mulheres. Algumas passaram a movimentar-se pela cidade como nunca tinham feito antes, outras voltaram ao ensino formal ou estão fazendo cursos diversos para se aprimorar.

Os membros dos empreendimentos comunitários também vêm participando de feiras, seminários, plenárias promovidos pelos diversos organismos, os "novos atores sociais em cena" (SADER, 1988) que vêm compondo o movimento da economia solidária. Os dois casos paulistanos aqui apresentados apenas dão pistas de um fenômeno recorrente em várias partes do país. Gradativamente essas iniciativas vêm-se articulando, formando fóruns regionais, estaduais e até em

âmbito nacional. Em 2003, fruto dessa articulação política, foi criada uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os empreendimentos produtivos comunitários parecem provocar nas pessoas envolvidas um impulso para ganho progressivo de autonomia individual.

SOUZA, A. R. University, Catholic Church and cooperativism: formation of communitary enterprises. *Revista ORG & DEMO* (Marília), n. 4, p. 23-30, 2003

ABSTRACT: in view of the current high unemployment, communitary enterprises oriented by the cooperativism principles have been spreading out. Through them, unemployed people start to participate in networks and forums, earning gradual autonomy. Two institutions have been standing out in the formation of those groups: Catholic Church and the public university. This article deals with two experiences of solidary economy of São Paulo city.

KEYWORDS: cooperativism; university; Church.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

SADER, E.. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SINGER, P.. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. de. Do bico ao trabalho: a permanência do provisório. *Vir a Ser*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 2/3, p. 177-184, 1998.

SOUZA, A. R.

SOUZA, A. R. de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. de.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y.. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

TIRIBA, L. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.